

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal das Subprefeituras, Subprefeitura Lapa
cadesla@smsub.prefeitura.sp.gov.br

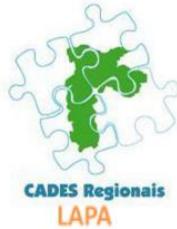
Ata da reunião ordinária do Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura da Lapa, realizada no dia 20 de setembro de 2023.

Às 18h30 do dia 20 de setembro de 2023, pela Plataforma Microsoft Teams, foi iniciada reunião ordinária do CADES Lapa, pela Conselheira da Sociedade Civil e Coordenadora Adjunta, Helena Magozo. Procede-se à verificação de presença, constatando-se a participação dos seguintes Conselheiras e Conselheiros representantes da Sociedade Civil, titulares: Jupira Cauhy, Caritas Basso, Helena Magozo, Leandro Gomes, Vera Enderle, Ligia Rocha; e suplentes: Eduardo Mello, Rodrigo Pereira, Tathiana Popak. Representantes do Poder Público, titulares: Cyra Malta, representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), Giovanna Saquetti, representante da Secretaria de Licenciamento e Urbanismo (SMUL); Afonso Renno, representante titular e Leonardo Lordi Garcia, representantes suplente da Subprefeitura Lapa. Participaram também da reunião: Fernanda da Silva Batista, do PAVS Oeste/SMS; Steven Beggs, Comitê de Usuários/os da Praça Amadeu Decome e João Elói; Mariana Dupas, Raimundo Nóbrega e Sylvia Chamis, do Comitê de Usuários/os da Praça João Elói.

Conselheira e Coordenadora Adjunta Helena Magozo apresentou a pauta da reunião: 1 – Apresentação dos representantes titulares e suplentes da Subprefeitura Lapa no CADES Regional Lapa e do novo coordenador; 2 – Deliberação sobre a ata da reunião de 16 de agosto de 2023; 3 – Apresentação sobre o Programa Ambientes Verdes Saudáveis (PAVS) da Secretária Municipal de Saúde (SMS); 4 – Apresentação sucinta dos critérios ambientais de exclusão de quadras das Zonas Eixo de verticalização contidos na minuta de revisão da Lei de Zoneamento; resultado da consulta pública na plataforma Participe+ e envio de minuta do PL para a CMSP; 5 – Informações sobre andamento dos Grupos de Trabalho 5.1 GT Águas e Arborização; 5.2 GT de Regulamentação da Lei 16212/15 sobre Gestão Participativa de Praças; 5.3 GT Mapeamento do Ruído da Lapa pela ótica da incomodidade; 6 – Outros Informes; 6.1 – Comitês de Usuários/as das Praças do perímetro da Subprefeitura Lapa; 6.2 – Agendamento de visita monitorada ao Pátio de Compostagem da Lapa; 6.3 – Convite para a reunião dos CADES REGIONAIS na UMAPAZ em 30/9/23, das 10 às 14h30 evento da ONU, em celebração à agenda 2030 – apresentação dos projetos articulados aos ODS, representantes de cada CADES Regional. 6.4 – Relato do evento realizado no dia 04 de setembro de 2023 sobre Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA); 7 – Pauta da Reunião presencial do Cades Lapa a ser realizada no dia 18 de outubro de 2023.

1 – Apresentação dos representantes titulares e suplentes da Subprefeitura Lapa no CADES Regional Lapa e do novo Coordenador

Conselheira e Coordenadora Adjunta Helena Magozo informa ao pleno alteração na representação do poder público no CADES Lapa, conforme portaria 022/2023/SUB-LA/G, que



nomeou Afonso Renno Mingorance como representante titular e Leonardo Lordi Garcia como representante suplente da Subprefeitura Lapa. A portaria designou o titular Afonso Renno como Coordenador do CADES-LA, com atribuições e competências previstas no Art. 10, da Portaria 16/SVMA-G/2021.

O Conselheiro e Coordenador Afonso Renno informou que o Subprefeito e Presidente do CADES Lapa, Ismar Freitas Neto, não iria participar da reunião.

2 – Deliberação sobre a minuta da ata da reunião realizada em 16 de agosto de 2023

Conselheira e Coordenadora Adjunta Helena Magozo pede a deliberação do conselho, que aprova a ata por unanimidade.

3 – Apresentação sobre o Programa Ambientes Verdes Saudáveis (PAVS) da Secretária Municipal de Saúde (SMS)

Conselheira e Coordenadora Adjunta Helena Magozo convida Fernanda Batista para apresentar as ações desenvolvidas pelo PAVS/SMS no território da Lapa.

Fernanda Batista, informou que é bióloga e especialista em saúde pública, com atuação há 11 anos no Programa Ambientes Verdes e Saudáveis da Secretaria Municipal de Saúde, estando desde 2020 na região Oeste – Lapa, Pinheiros e Butantã. Apresenta informações sobre as ações do PAVS no território da Lapa, como sendo “Um programa transversal e intersetorial, no caminho da integralidade das ações de promoção de saúde”: O PAVS começou como projeto desenvolvido entre 2005 e 2008 em articulação com Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Contou com recurso da Prefeitura Municipal de São Paulo, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério da Saúde e PNUMA (Fase 1). Em setembro de 2008, com a finalização do processo de capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Proteção Social, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) incorporou o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) na Estratégia Saúde da Família (ESF), na Coordenação da Atenção Básica, com o intuito de estimular novas práticas no campo da Promoção da Saúde no nível local, e fortalecer a capilaridade das ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS nos seus territórios (Portaria 1573/2011-SMS.G). Na fase 3 ocorreram as contratações dos APAS. O PAVS é um contínuo processo de capacitação para apropriação, reconhecimento socioambiental e sustentabilidade das intervenções no território. O Programa tem como objetivo fortalecer a gestão intersetorial em questões ambientais com impacto sobre a saúde da população, envolvendo a promoção de atitudes voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental e à promoção e proteção da saúde da população. O PAVS trabalha com uma agenda integrada, com enfoque no desenvolvimento de políticas de saúde e meio ambiente, tendo como eixo o fortalecimento da intersetorialidade no nível local, a sustentabilidade das intervenções no território e o empoderamento e efetiva participação da comunidade, buscando evidenciar os determinantes do processo saúde-doença. Este enfoque tem sido estratégico no fortalecimento da Atenção Básica no Município de São Paulo. É de grande relevância na implementação deste Programa o envolvimento dos

ACS, entendidos como atores multiplicadores de Promoção da Saúde e sustentabilidade ambiental, que foram capacitados para identificação e priorização de problemas ambientais com impacto na saúde, em áreas de maior vulnerabilidade, em decorrência do seu trabalho junto à população, e por atuarem e viverem nos territórios, favorecendo dessa forma, os processos de intervenção no nível local. O PAVS desenvolve suas ações e projetos com foco nos seis eixos norteadores que se inter-relacionam pelo princípio de uma cultura de paz que permeia todos os eixos: Biodiversidade e Arborização; Horta e Alimentação Saudável; Gerenciamento de resíduos; Agenda Ambiental na Administração Pública; Revitalização de Espaços Públicos; Água, Ar e Solo. O Diagnóstico Socioambiental PAVS representa uma importante ferramenta de gestão local, com ênfase no (re)conhecimento do território, e tem como objetivos: Possibilitar o planejamento participativo de ações locais e intersetoriais; Direcionar as práticas de saúde para intervenções, com foco nas necessidades e problemas de saúde da população; Identificar, classificar e georreferenciar os riscos e potencialidades socioambientais do território em mapas digitais, com evidência para os determinantes do processo saúde doença; Sistematizar a apresentação dos dados coletados por meio de gráficos específicos, avançando na identificação dos problemas prioritários com possibilidades de intervenções pelas equipes da UBS. É possível acessar o boletim PAVS com sobre o que está sendo desenvolvido, entre outras informações, pelo site [PAVS / Saúde Ambiental | Secretaria Municipal da Saúde | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#) . Informou que a composição da equipe se dá com Monica Masumi e Patricio Gomes como Gestores Municipais, Fernanda Batista, como gestora Regional Oeste, Gestora Local Lapa/Pinheiros, que está em contratação, e com Agentes de Promoção Ambiental (APA). Finaliza apresentando uma mensagem do Dr. Carlos Santos-Burgoa, médico epidemiologista, coordenador de saúde ambiental e ocupacional da OPAS–Organização Pan Americana de Saúde: “O PAVS é um exemplo do que é factível em Saúde e Segurança Humana. É uma experiência com uma fórmula mágica: Proteção, empoderamento e Atenção Primária à Saúde vinculada às ações ambientais. A ação de prevenção e proteção do Estado deve ser multisetorial e multidimensional, pois as pessoas não têm apenas uma dimensão, apenas uma insegurança, apenas um só problema. As pessoas são multidimensionais, são parte de um sistema interrelacionado, e vivem em territórios diversos e complexos.”

Conselheira Helena Magozo pede à Fernanda Batista que, posteriormente, informe ao CADES Lapa a qual território corresponde cada unidade do PAVS, destacando que nas reuniões, com a participação da gestora do PAVS, o CADES e o PAVS conhecerão melhor o trabalho desenvolvido de cada instância, com a possibilidade de articulação de ações. Fernanda Batista informou também que o PAVS está participando das atividades da semana de mobilização e ação global das ODS, com atividades em escolas e em grupos das unidades, enfatizando a importância da Agenda 2030, para que a população conheça e possa aderir dentro da **sua** rotina domiciliar. Finaliza destacando a importância dos cuidados durante a onda de calor forte, como hidratação, refeições leves em intervalos menores, e atenção às crianças e idosos que ficam mais suscetíveis.

Conselheiras e Conselheiros agradecem a participação e contribuições da representante do PAVS Oeste.

4 – Apresentação sucinta dos critérios ambientais de exclusão de quadras das Zonas Eixo de verticalização contidos na minuta de revisão da Lei de Zoneamento; resultado da consulta pública na plataforma Participe+ e envio de minuta do PL para a CMSP

Conselheira Giovanna Saquietti, representante da Secretaria de Licenciamento e Urbanismo (SMUL), informa que o Projeto de Lei do executivo que revisa a Lei de Zoneamento, foi publicado no Diário Oficial e enviado à Câmara de Vereadores no dia 19 de setembro de 2023, e que ainda não foi possível avaliar quais foram as propostas da consulta pública incorporadas pela Prefeitura.

Apresenta que, em 2014, com intenção de reduzir a necessidade de grandes deslocamentos diários e aproximar emprego e moradia, o Plano Diretor organizou a ocupação da cidade através dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETUs), que ramificam-se pelo tecido urbano, propondo a otimização do aproveitamento do solo nas proximidades do transporte público com maiores adensamentos construtivos e demográficos. Foram definidos parâmetros de verticalização, sem gabarito, indicando que o refinamento deveria ser feito pela Lei de Zoneamento, com critérios para demarcação das áreas. A revisão do PDE, em 2023, mostrou muitos conflitos dos impactos da verticalização das referidas áreas e a proposta aprovada de ampliação das áreas foi do legislativo e não do executivo, e agora, na revisão da Lei de Zoneamento, tenta-se colocar alguns critérios para a expansão de eixos, inclusive considerando a possibilidade de exclusão de áreas já demarcadas como eixo. É uma proposta que está tendo reação contrária de parte da sociedade. Apresenta como possibilidade de alteração dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana: artigo 77º da Lei 16.050/2014 as áreas de influência dos eixos poderão ter seus limites revistos pela revisão da legislação de parcelamento de uso e ocupação do solo – LPUOS, com base em parâmetros que considerem: I – a exclusão de quadras ou imóveis considerados de interesse de preservação cultural ou ambiental; (...); VI – a revisão dos perímetros de forma que a) nas áreas de influência correspondentes às estações de trem, metrô, monotrilho, VLT e VLP elevadas, incluam quadras alcançadas em um raio de 700m das estações; b) nas áreas de influência correspondentes aos corredores de ônibus e VLT em nível, incluam quadras alcançadas na faixa definida por linhas paralelas a 400m do eixo das vias; parágrafo 2º Na revisão da LPUOS para aplicação do caput deverão ser considerados os seguinte parâmetros, podendo também serem subsidiados pelo Poder Executivo: I – características de uso e ocupação local; II – áreas de interesse histórico, cultural, ambiental e de paisagem urbana; III – características do sistema viário e relevo. Para exemplificar, apresenta comparação das possibilidades de ampliação das áreas de influência dos EETUs: No PDE, para Metrô, a Lei 16.050/2014 definia “quadras inteiramente contidas em raio de 600m das estações”, e a Lei 17.972/2023 define “quadras alcançadas por 700m das estações”, o que na prática é uma distância muito maior das estações, quando se considera as quadras “alcançadas” e não “contidas”, detalhes que fazem muita diferença no cotidiano; e no mesmo sentido foram as alterações para os eixos das vias de corredores de ônibus, a Lei 16.050/2014 definia “quadras inteiramente contidas em raio de 300m a partir do eixo das vias”, e a Lei 17.972/2023 define “quadras alcançadas por linhas paralelas a 400m do eixo das vias”.

Com isso, os critérios a serem consolidados na revisão da Lei de Zoneamento, conforme artigo 77º do PDE, são: I – características de uso e ocupação local; II – áreas de interesse histórico, cultural, ambiental e de paisagem urbana; III – características do sistema viário e relevo”. Exemplifica indicando em mapa com visualização de eixos. Na sequência, apresenta a proposta feita pelo executivo dos Critérios para alteração das Zonas Eixo de Estruturação de Transformação Urbana, sendo Critérios de Exclusão de Quadras 1. Ambientais a) APP de nascentes, b) Cabeceiras de drenagem ou planície aluvial, c) áreas de risco, d) remanescente de mata atlântica, e) áreas com declividade acima de 50%; 2. Interesse Histórico-cultural a) Imóveis tombados e áreas envoltórias regulamentadas, b) Entorno do Mirante de Santana, c) Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Bixiga, d) Sobreposição de fatores; 3. Urbanísticos a) Barreiras Urbanísticas, b) Diretrizes de Transformação do PDE, c) Caminhabilidade, d) Vilas existentes e reconhecidas. Demonstra, detalhadamente, as propostas contidas no quadro anexo ao PL, acessível no site Gestão Urbana e no GeoSampa, com a proposta do executivo, de revisão limitada às áreas de eixos. Conselheira Ligia Rocha agradece a apresentação, discorre sobre as informações apresentadas e pergunta se houve aumento do gabarito das zonas mistas da cidade. Conselheira Giovanna Saquietti responde que o gabarito dos miolos de bairro se mantém, em 28m, próximo de 10 pavimentos, reiterando que a proposta do executivo não foi alteração do zoneamento, que a ampliação das zonas de eixo, no PDE, foi proposta apresentada e aprovada na CMSP. Considera que a apresentação feita dá subsídios para a sociedade civil se preparar para o processo de revisão que acontecerá na Câmara de Vereadores, informa que os estudos feitos pelo corpo técnico da SMUL estão disponíveis para acesso na plataforma Gestão Urbana. Conselheira Ligia Rocha considera que o processo de revisão do plano diretor na CMSP foi descolado do processo realizado no executivo, e que quando há alinhamento e debate conjunto entre executivo e legislativo os impactos das mudanças são menores. Considera que o PDE alterado e aprovado pelos vereadores é quase integralmente diferente do que foi apresentado pelo executivo e avalia que esse processo pode se repetir com o PL de revisão do Zoneamento, enviado pelo executivo à CMSP. O pleno agradece a apresentação qualificada da Conselheira Giovana Saquietti.

5 – Informações sobre andamento dos Grupos de Trabalho – GTs

5.1 GT Águas e Arborização

Conselheiro Eduardo Mello relatou a Caminhada do GT do CADES LAPA de Drenagem Sustentável da Bacia do Tiburtino/Curtume com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana – SIURB, a Fundação Centro Tecnológico Hidráulica – FCTH e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, pela Bacia do Córrego Tiburtino, realizada no dia 18 de setembro de 2023, com a presença de Cyra Malta e Lígia Pinheiros da SVMA; Pedro Algodoal de SIURB; André Sandor Sosnoski da FCTH; Luciano Albbamonte da Silva do Grupo de Pesquisa da Universidade Mackenzie; Renata Priore da UNIP/ Movimento São Crispim e Eduardo Mello, Conselheiro do CADES Lapa. A caminhada partiu do ponto inicial da Praça Dr. Otávio Perez Velasco, onde foram visitadas as nascentes que correm de diversos lotes e na rua Araçatuba, a montante da Praça. Apontou-se a deformação na pista e na travessa causada pelo assoreamento natural, por onde a água corre e carrega sedimentos do subsolo. Ainda na praça,

foram levantadas as possibilidades de instalações de lagos e bacias de retenção. Descendo a Travessa, verificaram poços de visita do Córrego e a boca de lobo, por onde é possível observar a queda d'água ainda limpa, translúcida e sem cheiro, porém com traços de nitrato e fosfato, constatados em testes apurados anteriormente pelo grupo ligado ao SOS Mata Atlântica. O trecho que liga duas praças, Dr. Otávio Perez Velasco e São Crispim indicado no relatório do GT para receber um tratamento paisagístico e um corredor verde, recebeu uma atenção especial e sugestões de piso com canteiros centrais, formados por soleiras mais altas, por onde o córrego poderia ser direcionado, em dias de enxurrada. As laterais receberiam escadas e rampas, conforme a topografia e previsão do plantio de espécies que resistam a solos saturados de água. Seguindo para a praça São Crispim, foi debatido o problema de circulação do tráfego e a necessidade de consulta junto aos órgãos responsáveis. Constatou-se também o estacionamento de diversos veículos, em lugar proibido, na avenida Ricardo Medina. Estes espaços podem dar lugar a um canteiro central mais largo e com mais árvores nativas. O grupo seguiu até a Praça Tcheco, onde foi reforçada a ideia de canteiro central mais largo e até mesmo a abertura de trecho do córrego, em uma expansão da praça sobre a avenida. Voltando em trajeto a jusante, o grupo passou novamente pela Praça São Crispim, onde foi possível verificar que existe área suficiente e seria possível construir infraestruturas convencionais sob a pista de rolamento, preservando a área permeável da Praça. Comentou-se com os técnicos, a existência, neste trecho, de duas sub Bacias do Tiburtino, separadas pela rua Toneleiro. O grupo desceu a rua Ulpiano até o encontro com a rua Coriolano, indicando outro local passível de receber algum tipo de infraestrutura de saneamento. Prosseguiu-se, descendo sobre o leito do córrego canalizado até a rua Jeroaquara, onde os dois braços do córrego se unem. Verificou-se caixas de árvore, pequenas e apertadas e sua inexistência, no lado esquerdo da rua Jeroaquara. O grupo passou diante do Hospital Sorocabana, municipalizado recentemente e que está recebendo recursos para elaboração de projetos e reformas. Foi indicada a requalificação das áreas verdes e ampliação de áreas permeáveis com a demolição de “puxadinhos” que não tem função e são incompatíveis com o uso e a arquitetura original do Hospital. O grupo chegou na praça Nicole Festa, que se mostra totalmente impermeabilizada e com arborização exótica. O local serve como ponto de ônibus com bastante uso. A área se mostra mais indicada para instalação de um reservatório de Águas Pluviais, pois recebe o volume de água das duas vertentes do Córrego Tiburtino. Por fim, visitaram a travessa Ana Murari e foi sugerido um calçamento mais permeável e a adoção de vagas verdes no trecho lindeiro ao Shopping Lapa. Com relação ao trecho próximo ao Mercado da Lapa, foram informados que a futura linha do metrô fará os devidos projetos de urbanismo para a área. Neste trecho foi encerrada a caminhada.

5.2 GT de Regulamentação da Lei 16.212/15 sobre Gestão Participativa de Praças

Conselheira Caritas Basso relata a dificuldade de contato com a Chefe de Gabinete da Secretaria de Subprefeituras, para dar sequência aos encaminhamentos para a constituição do grupo de trabalho que vai finalizar a minuta do decreto de regulamentação da Lei 16.212/15. Informa que na Secretaria do Verde, a Sra. Rute Cremonini, Diretora da Divisão Técnica de Apoio aos Colegiados, manifestou no Processo SEI 6075.2019/0000163-8, parecer favorável

à constituição de um Grupo de Trabalho com as pastas envolvidas, de maneira a aglutinar todas as temáticas na revisão e finalização da minuta de Decreto, tendo em vista a importância dos processos participativos tanto na elaboração das normas quanto na gestão dos equipamentos e espaços públicos. No parecer, a diretora fez considerações a enorme capacidade de contribuição dos Conselheiros dos CADES Regionais e sobre as atribuições da Divisão Técnica ao apoio à gestão deles, se disponibilizou para participar do GT a ser formado, entendendo que a coordenação deverá estar a cargo da Secretaria Municipal das Subprefeituras e que, devido ao tempo decorrido, esta ação deverá ser posta em curso com brevidade.

5.3 GT Mapeamento do Ruído da Lapa pela ótica da incomodidade

Conselheira Jupira Cauhy informa que neste dia 20 de setembro, foi noticiado que o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei 17.853 sobre cozinhas industriais conhecidas como dark kitchens, aprovada em 19 de novembro de 2022, onde o artigo 13, considerado um “jabuti”, propunha aumentar para 75decibels o limite de ruído em eventos e shows de grande porte na cidade de São Paulo. Relata que os desembargadores consideraram que o conteúdo do artigo confronta com os valores mais protetivos dos níveis de critério de avaliação adotados pela Abnt (NBR's 10.151 e 10.152); e que durante o julgamento, o relator do processo argumentou que a Prefeitura de São Paulo só pode legislar sobre barulho de forma benéfica à população, e não de forma a retroceder nos direitos dos munícipes. Finaliza informando que a decisão do TJSP foi por manter os limites de ruído de acordo com o artigo 146 da Lei 16.402/2016, que estabelece níveis máximos de ruído de 60dB durante o dia e 50dB durante à noite. Na sequência, apresentou quadro com informações atualizadas sobre mapeamento de ruído pela ótica da incomodidade, com identificação de inquéritos no Ministério Público originados por denúncias de poluição sonora, feitas por moradores dos distritos da Subprefeitura Lapa, dando destaque ao Distrito Barra Funda, onde estão localizados grandes áreas abertas onde são realizados eventos onde a população do entorno percebe som alto, ruído e vibração, como Memorial da América Latina, Arena Allianz Parque, Sede Social da SE Palmeiras, Escolas de Samba Mancha Verde e Águia de Ouro e festas em rua ou bares, e distrito Lapa, onde há uma dark kitchen.

6 – Outros Informes

6.1 – Comitês de Usuários/as das Praças do perímetro da Subprefeitura Lapa

Mariana Dupas, fez leitura da seguinte carta do Comitê de Usuários/as da Praça João Eloi: “*Em abril deste ano, foi comunicado em uma reunião deste CADES a existência da Praça João Eloi, localizada entre as ruas Jamil Safady e Marco Aurélio, e adjacente à Escadaria Romana, no bairro Siciliano, como um espaço público abandonado e inacessível à população há mais de 10 anos. Nesta mesma ocasião, foi formalizado o interesse de criação do Comitê de Usuários da Praça João Eloi. Para nossa surpresa, após esse comunicado e a formalização do pedido de criação do comitê, em junho deste ano foi iniciado pela Subprefeitura Lapa o processo para a contratação de obras, incluindo já um projeto, orçamento e cronograma para REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA JOÃO ELOI, SEI 6044.2023/0005099-8, tudo realizado sem consulta pública. Em julho,*

os integrantes do comitê solicitaram uma audiência com o Sr. Subprefeito Ismar, realizada em 15 de agosto, que solicitava a sua participação ativa no processo de revitalização da praça, questionava a pertinência do projeto e atentava para a necessidade da escuta da população. No entanto, mesmo após este pedido, a Subprefeitura Lapa deu início ao processo para contratação de obras, conforme SEI 6044.2023/0005272-9. No último domingo, 17 de setembro, convidamos os moradores do entorno da praça para um piquenique comunitário e realizamos o primeiro encontro do movimento coletivo de revitalização praça João Eloi. O objetivo era começar a sensibilizar a população, juntar interessados em participar do movimento de revitalização da praça e compartilhar sonhos de como esse espaço poderia ser revitalizado. Cerca de 15 pessoas se juntaram entre moradores do entorno, vizinhos da praça, crianças e integrantes de outros coletivos do bairro como o Amigos da Praça Claudino César, o Movimento Boa Praça e o Travessia Tiburtino. Foi um encontro muito inspirador onde sonhos como a derrubada dos muros, a integração com as vias públicas, a recuperação de áreas verdes, a criação de áreas de convívio e a implementação de soluções de drenagem baseadas na natureza foram sonhados juntos. É importante frisar que nenhum destes "sonhos" está contemplado no projeto que está sendo proposto pela Subprefeitura Lapa. Como parte deste movimento, criamos um grupo aberto de Whats App para planejar as próximas ações e uma conta no Instagram (@amigosdajoaeloi) para ajudar a divulgá-las para um público ainda maior. Após esse primeiro encontro e a criação do movimento de revitalização da João Eloi, fica ainda mais clara a necessidade da realização de um processo cuidadoso de mobilização e participação ativa da população do entorno na recuperação desta área pública. Sendo assim, voltamos a atentar para a necessidade de interrupção do processo de contratação de obras para que haja tempo para que esse movimento possa ocorrer com a qualidade que se faz necessária, tendo em vista que se trata de uma praça abandonada pelo poder público e que tem o seu uso cerceado há mais de 10 anos. No intuito de publicizar essas reivindicações legítimas e solicitar o apoio deste CADES, compartilhamos aqui o histórico de estruturação deste movimento coletivo para revitalização da Praça João Eloi". Complementa que foi logo após o Comitê de Usuários/as manifestar ao Coordenador de Planejamento e Obras e ao Subprefeito da Lapa que a Subprefeitura abriu o processo de contratação da obra de revitalização, sem considerar as propostas apresentadas. Steven Beggs comenta que do valor orçado para o projeto de revitalização, cerca de 30% é para derrubar muro e reconstruir muro, e o desejo dos moradores, apresentado no encontro, é que a praça fique aberta, sem muros. Avalia que o foi deixado pouquíssimo espaço destinado para convivência, como mesas e bancos. Mariana Dupas visualiza o projeto, avalia que o mobiliário previsto está em desacordo com o espaço; comenta que está previsto um calçamento que passa por cima de uma manilha de esgoto, indicando que não houve um estudo do terreno. Considera que o projeto foi desenvolvido apressadamente e é custoso, e não dialoga com as propostas do Comitê de Usuários/as e de quem vai frequentar a praça, sendo que não houve nenhuma consulta pública. Conselheira Jupira Cauhy defende que qualquer intervenção em uma praça deve ser construída com diálogo com os moradores do entorno, pelo valor investido, que não será repetido para a manutenção. Avalia que devido as constantes mudanças de Subprefeitos e, por consequência, das Coordenações, não há continuidade das ações e políticas públicas iniciadas, e é sempre

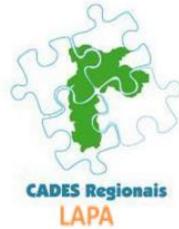
necessário retomar o que é conselho, comitê de usuários, praças etc., e nem sempre quem chegou para exercer a função está interessado em dialogar com a população, e as vezes vem para mostrar trabalho para alguém. Relembra que na primeira vez que Comitê conversou com o Coordenador de Projetos e Obras da Subprefeitura, foi dito que já havia um processo licitatório e que não poderia ser mudado, sendo que ainda não havia processo licitatório e, depois que o Comitê conversou com o Subprefeito propondo construir juntos o projeto de requalificação da praça, a licitação foi iniciada pela Subprefeitura Lapa com um projeto que o comitê desconhecia. Finaliza propondo que o CADES Lapa peça o agendamento de uma reunião com o Subprefeito e Comitê de Usuários/as, para que considere a participação da população e do comitê de usuários/as na formulação das intervenções e uso da praça, como prevê a Lei de Gestão Participativa de Praças, e que isso seja logo, pois a contratação da empresa que fará a obra está em curso. Conselheira Ligia Rocha agradece a apresentação, concorda com as questões que foram colocadas e complementa com a necessidade de avaliar a instalação dos equipamentos que está previsto no projeto com as normas ABNT. Dá como exemplo a proximidade dos equipamentos que coloca em risco a segurança das crianças e idosos, entende que é uma quantidade superdimensionada, sobrepostos, sem deixar espaço adequado para uso e circulação. Avalia que a área pavimentada não corresponde ao que pode em praças, pois mais de 50% da área está pavimentada. Avalia também que a declividade do terreno e o que está previsto no projeto impõe dificuldades de acesso aos equipamentos que estão sendo projetados, obrigando idosos a subirem vários patamares de inclinação para acessar os equipamentos de ginástica (ATI), assim como considera que a área para skate não tem dimensionamento correto para ser usada. Por fim, considera que ou o projeto foi feito muito às pressas ou ele está muito desconforme, e isso já justifica suspender a licitação. Steven Beggs acrescenta que hoje a praça não joga água na rua e que os patamares projetados farão isso, e deveria ser o contrário, a praça ser captadora de água de chuva. Mariana Dupas, do Comitê de Usuários/as da Praça João Eloi agradece a colaboração do CADES Lapa e divulga os contatos do Comitê. Conselheira Jupira Cauhy propõe para a secretaria executiva do CADES Lapa agilizar a reunião com o Subprefeito Lapa.

6.2 Comitê de Usuários/as da Praça Conde Francisco Matarazzo Jr.

Conselheira Jupira Cauhy informou que foram publicadas reportagens no Estadão e no Jornal da Gente, a partir denúncia feita pelo Comitê de Usuários da Praça Conde Francisco Matarazzo Jr., sobre pessoas que estão acampando na praça desde junho deste ano, formando fila para shows que serão realizados na Arena Allianz Parque, para depois venderem lugar na fila. Complementa que de outubro a dezembro serão realizados cerca de 25 shows e é necessário fiscalização dos órgãos públicos, que estão informados para impedir que a praça vire um acampamento, como já aconteceu em 2018.

6.3 APP do Córrego Água Branca

Conselheira Jupira Cauhy apresenta imagem do gramado da área de preservação permanente do Córrego Água Branca que foi queimado pelo uso de cangalhas de fogos, instaladas por torcedores que compareceram em concentração no Centro de Treinamento do SPFC, na



avenida Marquês de São Vicente. Pergunta aos representantes da Subprefeitura Lapa se é possível acionarem fiscalização da GCM para impedir que no próximo final de semana isso aconteça, pois está prevista nova concentração de torcedores.

6.4 Oficina de Construção do Plano Municipal de Educação Ambiental de São Paulo

Conselheira Helena Magozo informou sobre a realização no dia 11 de setembro, na Subprefeitura Lapa, da Oficina de Construção do Plano Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, da UMAPAZ, facilitada pela Conselheira Lara Freitas e que contou com a participação das Conselheiras do CADES Lapa Vera Enderle, Helena Magozo, Jupira Cauhy e Cyra Malta, de representantes da Secretaria de Educação e SVMA e moradores da Lapa. Avaliou que o conteúdo foi muito importante, inclusive como subsídio para a elaboração do Plano de Bairro, pelos conselhos locais. A conselheira Lara informou da possibilidade de solicitação uma nova oficina, que sintetizasse o que foi produzido naquele dia e ampliasse o seu escopo. Pode ser avaliado um horário mais favorável à participação da sociedade civil, comprometida pelo fato da oficina ter sido realizada, durante a semana, em horário vespertino.

6.4 – Legislação de manejo arbóreo

Conselheira Jupira Cauhy relata que o CADES vem recebendo questionamentos sobre manejo de árvores e dá como exemplo a remoção de uma árvore de área na Avenida Sumaré e plantada na Praça da Colina, no mesmo dia da publicação da autorização da Subprefeitura Lapa no Diário Oficial da Cidade, sem cumprir o prazo previsto na lei pós publicação. Solicita ao Coordenador e representante da Subprefeitura Lapa, para a próxima reunião, uma apresentação sobre a legislação e procedimento de manejos de árvores, para sabermos se são casos isolados ou se teve alguma mudança na orientação da Subprefeitura, e possamos informar as pessoas que nos procuram. Conselheira Helena Magozo pede que na próxima reunião o responsável de áreas verdes participe para apresentar a legislação ou peça para alguém representá-lo.

A reunião foi encerrada às 21h.